

A farsa

Posto de Observação

Henrique Diz
Professor
Catedrático



Ninguém pode ficar surpreendido com o ambiente de festa que se instalou desde o final do ano passado. Afinal vai haver eleições diversas em 2019, pelo que, até Outubro, não faltarão anúncios de obras que não se irão nunca concretizar, repetição de iniciativas anteriores que não chegaram a ver a luz do dia, agora vestidas de novas roupagens, promessas para realizar até 2030, ou ainda mais tarde, quando nenhum dos atuais governantes ocupar funções públicas para ser responsabilizado pelo seu não cumprimento, visões de paraísos que só podem ser mesmo realidade virtual, enfim, um sem número de vacuidades que permitem “animar a malta” e fazê-la pensar que, afinal, somos mesmo um oásis no meio do deserto de ideias dos outros países.

E, no entanto, ...

Talvez seja altura de colocarmos os pés bem assentes na terra. E encararmos a realidade de frente. Começemos pelo anúncio do novo Plano Nacional de Investimentos a ser realizado até 2030. Contém, como sempre, números muito interessantes, mas... a realidade mostra que o Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas, que deveria estar concluído em 2020, isto é, no final do próximo ano, tem uma taxa real de execução de 20%, apesar dos malabarismos

do governo para mostrar valores mais elevados, com o uso muito criativo da língua portuguesa. Necessitaríamos de ser muito crentes para aceitar que, agora, por obra e graça de não sei que entidade, tudo ia mudar, desde a burocracia, aos procedimentos concursais, às tomadas de decisão, à capacidade física de execução, ao financiamento e ao pagamento a fornecedores, e passaríamos a ser muito eficientes para realizar tão ambicioso programa no intervalo de tempo anunciado.

Passemos à ferrovia. Em 2009, a CP propunha-se adquirir 97 comboios. Repito, por extenso, para não haver enganos: noventa e sete. Com o respaldo de Ana Paula Vitorino, então Secretária de Estado dos Transportes e atual Ministra do Mar. A crise não deixou que tão ambicioso plano prosseguisse. Foi pena, porque desde então a deterioração acentuou-se. Viagens canceladas, material avariado, desmantelamento de equipamentos para manutenção de outros, falta de pessoal qualificado para as oficinas, de tudo um pouco. Agora, em ano de eleições, e depois de três anos de completa inação, foi lançado um concurso para aquisição de comboios regionais. Com a justificação de que é preciso privilegiar o interior. Boa desculpa para não adquirir os substitutos dos Alfa e Intercidades, cujo serviço é o único com contas equilibradas e que acusam, há muito, a idade e os seus efeitos. Sem uma única palavra sobre a linha de Cascais, uma das mais degradadas do País. Ou sobre a linha do Vouga, que deveria servir uma área metropolitana alargada e é um arremedo de serviço público. Nada. Sabendo-se que decisões desta natureza têm tempos de execução longos, podemos estar conscientes do que nos espera. Entretanto, alguém devia di-

zer ao Senhor Ministro dos Transportes e do Planeamento que o desenvolvimento do interior exige operações integradas que incluam também, entre outros, a promoção de investimento privado, gerador de empregos, e de desconcentração de serviços públicos. Pois, mas isso é possivelmente planeamento a mais.

Planeamento a mais também deve ser o que o Senhor Ministro da Ciência pensa ser necessário para atrair mais estudantes para o Ensino Superior. Pelo que, em sua opinião, basta ir atrás do Bloco de Esquerda e anunciar, como se fosse uma medida tomada e a executar amanhã, a eliminação das propinas nas Universidades e Politécnicos Públicos nos próximos anos. O que o Senhor Ministro está a dizer é que os jovens não prosseguem os seus estudos por causa de cerca de cem euros por mês, mas podem, naturalmente, fazê-lo quando a inexistência de residências universitárias em número suficiente os arrasta para o mercado de arrendamento de quartos que os obriga a pagar mais do triplo, mesmo o quádruplo, para poderem dormir. Ou quando os pais recebem o ordenado mínimo e o número de bolsas é insuficiente mesmo para acudir aos muito, muito necessitados. Isto é, em lugar de procurar estabelecer uma política de ação social para o Ensino Superior que permita a todos os que desejam obter graus académicos mais elevados prosseguirem os seus estudos, independentemente da origem e dos rendimentos dos seus progenitores, o Senhor Ministro acena com medidas avulsas que não só não resolvem o problema como se podem revelar de enorme injustiça. Mais ainda, ignora simultaneamente o problema do financiamento das instituições que, se a medida for tomada, perderão cerca de vinte e quatro por cento das suas

receitas, sem que se veja uma proposta de ação concertada entre o Ministério da Ciência e o Ministério das Finanças – o mesmo que só dispõe de 50 milhões de euros para aumentos salariais, mas teria que encontrar cerca de 250 milhões de compensação – para resolução do défice que daí vai resultar para o orçamento das Universidades e Politécnicos. Reconheçamos, no entanto, que as palavras encontraram eco e deram bons títulos de notícia. Mesmo que nada representem na realidade.

Um outro choque entre os anúncios tão pro-palados e o que se passa no mundo é a perspectiva de crescimento económico para 2019. Todas, repito, todas as instituições internacionais credíveis apontam perigos para o ano que agora se iniciou. As que analisaram Portugal discordam em absoluto do valor anunciado pelo governo. Mas não têm razão nenhuma, é evidente. Portugal vive num oásis rodeado por um deserto e é imune à guerra comercial entre os Estados Unidos e a China, ao Brexit, ao abrandamento da atividade na Alemanha e outros parceiros. Somos os gauleses do Astérix e temos conosco o Obelix das Finanças. Não há “romanos” que nos atinjam! Haja Deus! E, já agora, os anjos e santos, que mesmo assim não devem ser suficientes. Do que não tenho dúvidas é que o défice do Orçamento de Estado ficará dentro das previsões. Afinal é fácil. Deixam-se degradar os serviços não realizando despesas, não se faz investimento público, utiliza-se contabilidade criativa e não se paga a fornecedores e está feito. “Chapeau”! ◀

Este artigo foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

(H)À Educação

Manuela Gonçalves*
manuelag@ua.pt



E se lhe contasse como foi o meu primeiro dia de aulas depois das férias do Natal?

Olá! Chamo-me Sofia e estou no 4.º ano, numa escola perto de si. Vou contar-lhe como foi o meu primeiro dia de aulas depois das férias do Natal.

Um parêntesis sobre as minhas férias. O meu pai trabalha fora e só chegou para o Natal no dia 23. A minha mãe só conseguiu folga do emprego no dia 31. Então, tive de ir para o ATL durante a primeira semana de férias. De manhã, brincava e, à tarde, fazia os TPC. Na segunda semana, fomos, o meu pai e eu, visitar parentes que vivem longe. O meu irmão, o Jojó, já tem 16 anos e não quis ir.

Agora vou contar-lhe o meu primeiro dia de aulas depois das férias do Natal.

Desculpe-me outro parêntesis, esqueci-me de dizer que não fiz um dos muitos TPC que a minha professora nos deu antes das férias – uma pesquisa na “net” sobre um rio de Portugal. No ATL não há computador, ou melhor, há, mas nós não o podemos usar – está reservado para as coisas importantes dos adultos. O portátil do Jojó está avariado e a reparação ficou adiada para este mês de janeiro. A mãe diz que o dinheiro não dá para tudo, por isso comprou um “smartphone” usado para oferecer ao Jojó no Natal. O outro, velhinho, passou para mim. Eu não me importo com a rachadela pequenina que tem num dos cantos, mas é muito lento para pesquisar na “net”. Não posso usar dados móveis, ninguém me explicou porquê, e as tias onde estive com o meu pai não têm “net” em casa. Quando regressámos da visita, fui ao senhor Toninho, o vizinho simpático do 2.º esquerdo, para lhe pedir se podia usar o seu computador, mas ele tinha ido para a terra passar o Ano Novo, disse a dona Georgina do 2.º Direito. O Jojó não me emprestou o “smartphone”. Ne-

nhuma das minhas colegas mora perto de mim, para fazermos juntas a pesquisa.

Finalmente, o meu primeiro dia de aulas depois das férias do Natal.

Com o pão com manteiga numa mão, o peso da mochila nas costas e das saudades do meu pai no coração, saí de casa a reboque da mãe, que me puxava pela alça da mochila, a reboque para o autocarro, depois a reboque pela rampa para a escola. Alegria ao ver os amigos, ao ver a professora, também ela alegre, a cheirar a perfume novo.

Ups... estou a ficar sem espaço para lhe contar como foi o meu primeiro dia de aulas depois das férias do Natal! Trabalhei toda a manhã e toda a tarde trabalhei, tendo engolido à pressa o almoço e o lanche para brincar mais tempo no recreio. Os TPC não foram corrigidos, apenas se conferiu quem os tinha feito na totalidade. A professora zangou-se com aqueles que não cumpriram... se continuavam assim, conseguirão ir para o 5.º ano?, perguntou. Não tive oportunidade de explicar por que não tinha feito a pesquisa. No fim da aula... mais TPC! Fi-los no ATL. Regressei a casa de autocarro com a mãe, já

eram 19.30 horas. Estávamos cansadas e com fome. A mãe convenceu o Jojó a ajudar-me no TPC das férias em falta: escolhemos o rio Mondego. Terminámos já depois das 21 horas, enquanto jantávamos. Antes de adormecer, ainda mandei uma mensagem ao pai pelo “whatsapp”.

Não foi um dia muito diferente de todos os outros dias de aulas, certamente dos dias de aulas de muitas outras crianças. Um dia explico-lhe melhor porque é que nós gostaríamos de não ter tantos TPC e de poder brincar mais na escola, em casa e na rua; porque é que às vezes estamos distraídos nas aulas e ficamos inquietos ou apáticos no ATL. Um dia irá perceber que nós não somos apenas alunos e alunas... somos crianças!

Nota: Esta é uma história fictícia de uma criança imaginária. ◀

Artigo escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

* Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores da Universidade de Aveiro